



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10786 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

TENSÕES E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UMA ESCUTA DOS PROFESSORES EM FORMAÇÃO EM CURSOS DE LICENCIATURAS SOBRE O TEMA DAS DIVERSIDADES

Andrea Becker Narvaes - UNIPAMPA/CAMPUS JAGUARÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Valeska Maria Fortes de Oliveira - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Tania Micheline Miorando - UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

Agência e/ou Instituição Financiadora: UFSM, FAPERGS, UNIPAMPA

TENSÕES E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: UMA ESCUTA DOS PROFESSORES EM FORMAÇÃO EM CURSOS DE LICENCIATURAS SOBRE O TEMA DAS DIVERSIDADES

O trabalho que apresentamos se põe para um debate com os pesquisadores da Formação de Professores da Região Sul e tem como referência uma pesquisa maior, em fase de finalização. Este trabalho tem como objetivo compreender os processos de significação na implantação dos currículos de formação de professores das Universidades e Institutos Federais do Sul do Brasil, com relação à Resolução de 2015 (BRASIL, 2015), com o foco nas diversidades. Um outro objetivo da nossa investigação foi produzir conhecimento em rede com relação às políticas de formação de professores com pesquisadores, atuantes em diferentes espaços institucionais, acompanhando assim, o debate em torno das Resoluções de 2015 e, posteriormente a de 2019 (BRASIL, 2019) para a formação de professores.

O campo teórico-epistemológico é o do imaginário social (CASTORIADIS, 1982) onde acionamos uma lente compreensiva a partir das dimensões do instituído (aquilo que está posto, está feito) e do instituinte (o novo, a ser feito). Por isso, nossa abordagem observou as tensões e perspectivas que se mostravam em relação aos objetivos que se colocavam ao longo da pesquisa. Na sua última parte, olhamos as narrativas dos estudantes em formação, com relação às aprendizagens sobre as diversidades nos currículos das instituições envolvidas. As(os) acadêmicas(os) entrevistadas(os) trouxeram em suas narrativas questões que partiram

de um roteiro de entrevistas, mas que vão além do questionado, produzindo em nós formadoras, reflexões sobre o que estamos propondo como formação nos cursos de licenciaturas com relação a temas polêmicos na sociedade brasileira e, em específico, ao trabalho docente. Os cursos aos quais as narrativas são trazidas no texto referem-se às licenciaturas em Pedagogia, Ciências Biológicas e Matemática, presenciais, comuns a todas as instituições investigadas.

A pesquisa, que começamos em 2019, teve como primeiro momento a captura dos currículos dos cursos envolvidos para uma análise documental. Após o início da pandemia de covid-19, em encontros remotos, tivemos uma participação significativa do grupo de bolsistas, professoras e convidados que compartilhavam suas produções acerca das Resoluções e Diretrizes para a Formação de Professores, avanços e recuos com relação às de 2015, no que diz respeito às políticas de democratização do país. Com os pesquisadores externos que participavam, como convidados, tivemos conjuntamente a pesquisa bibliográfica e o diálogo nos encontros do grupo com um intenso debate acerca das posições e do que vínhamos encontrando na pesquisa e análise documental.

Ainda remotamente, enviamos questionários e entrevistamos coordenadores dos cursos das instituições envolvidas para compreender os processos de construção curricular, na participação dos colegiados e NDEs, na perspectiva de gestão democrática, como política de formação nas Universidades e Institutos. Incluímos professores, que vinham ministrando as disciplinas com as temáticas da diversidade sexual, gênero, étnica e geracional, para aproximarmos um diálogo. Fomos percebendo, à medida que já tínhamos olhado às matrizes curriculares dos cursos, que as disciplinas que se propunham a trabalhar com as questões das diversidades também estão na dependência de um professor formador sensível a estes temas. Cada aspecto da diversidade também se desdobrou ou não nos currículos, ao abrir um debate sobre como cada curso avalia, valoriza ou dispõe de um(a) professor(a) que tenha construído esse repertório para poder mobilizá-lo num curso de licenciatura.

Na organização curricular das instituições envolvidas, percebemos diferenças entre as universidades e os institutos que, por outra organização, a dos Núcleos (NEABIS e NUGEDS) propostos nos diferentes campi, atenderam à Resolução nº 2 de 2015, implantando antes de muitas das universidades do sul do Brasil, disciplinas com as questões das diversidades. Entre essas dificuldades de adequação das matrizes e obstáculos enfrentados pelos imaginários conservadores e, também, a ausência de repertórios dos formadores, visualizamos tensões e perspectivas, especialmente quando trazemos, como última fase da pesquisa, a voz dos professores em formação inicial.

Para a última etapa, a participação dos professores em formação inicial trouxe para a discussão o método com a abordagem de pesquisa-formação no campo autobiográfico. Assim como o campo teórico - o imaginário social - se constitui numa abordagem transdisciplinar, concordamos com Pineau (2011), que as abordagens biográficas, no nosso caso, autobiográficas, são transdisciplinares e situam-se no movimento das diferentes formas

reflexivas que assume esta passagem paradigmática histórica difícilíssima. Estas abordagens, das quais os diferentes nomes fazem apelo à vida - biografias, narrativas e histórias de vida - visam a dar a palavra aos vivos, ou melhor, visam ajudá-los a tomá-la para expressá-la e refleti-la (PINEAU, 2011).

Não mobilizamos espaços de dialogicidade como pesquisa autobiográfica, mas produzimos encontros com entrevistas narrativas onde percebemos, por alguns depoimentos das professoras em formação inicial, que a autoformação foi acionada, por colocar em questão a reflexividade sobre o tema da diversidade. Acreditamos, assim como as autoras Cláudia, Josiane e Zulmira, que “políticas públicas e ações de enfrentamento podem proporcionar mudanças neste cenário de discriminação” (KESLLER, SOARES e BORGES, 2019, p.85). E, por isso, as pesquisas que propomos buscamos esta mobilização para além de constatar o movimento que possa estar ocorrendo.

No processo de análise das narrativas das(os) acadêmicas(os) nos aproximamos das abordagens hermenêuticas para produzir um processo compreensivo dos sentidos e significados trazidos pelas(os) participantes. A entrevista é também uma conversa, uma troca comunicativa, onde os participantes não apenas respondem ao que foi perguntado, mas ponderam sobre as respostas uns dos outros, e podem assim, reelaborar seus pontos de vista iniciais. A reflexão sobre seu ponto de vista a partir do prisma do outro pode assumir uma dimensão formativa. Também é possível aprender consigo, na medida que eu falo ao outro, me escuto e reflito sobre meus pensamentos, acionando um potencial de reflexividade.

Uma das interrogações da pesquisa pôde ser assim formulada: Que significados as questões relativas à diversidade assumem para as(os) professoras(es) em formação? De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores (BRASIL, 2015), a diversidade apresenta-se como um princípio formativo. O texto da normativa orienta que a formação inicial contemple o respeito e valorização da diversidade entendida como: de gênero, sexual, étnico-racial, religiosa, de faixa geracional, entre outras. Sabemos que o tema da diversidade não é um consenso, muito pelo contrário, é objeto de conflitos entre grupos com visões de mundo e de educação opostas. Tensão de imaginários que se confirma quando constatamos que as atuais Diretrizes de Formação (BRASIL, 2019) retiram do texto qualquer menção a esse princípio.

Com o intuito de como a política de formação é praticada pelos formadores e vivenciada pelos professores em formação, buscamos a palavra dos estudantes das licenciaturas. Convidamos estudantes das licenciaturas comuns entre as Universidades e Institutos Federais, do Sul do Brasil, a saber, Matemática, Física, Química, Ciências Biológicas e Pedagogia para uma entrevista em grupo, via *Google Meet*. Dos muitos convites, enviados por *e-mail*, tivemos o aceite de 4 turmas de concluintes. Assim, fizemos 4 entrevistas com os estudantes que aceitaram participar, de 4 cursos de licenciatura, 2, de duas Universidades e 2, de um Instituto. Das entrevistas, participaram 14 estudantes ao todo, 11, do sexo feminino e 3, do sexo masculino, 5, do curso de Pedagogia, 3, do curso de Matemática, e

6, do curso de Ciências Biológicas.

Alguns significados atribuídos à diversidade foram expressos pelas narrativas dos professores em formação. Uma das significações imaginárias que apareceu algumas vezes nas falas, associa diversidade e deficiência. Entender e acolher alunos com deficiência visual, auditiva, física e mental é um desafio para os professores na escola. Dessa forma, a diversidade aparece associada à educação inclusiva e acessibilidade. O que demonstra a distância que podemos encontrar entre o que está previsto no texto da política e a interpretação que é dada pelos sujeitos que a sofrem.

Para várias(os) entrevistadas(os), a diversidade é algo um tanto obscuro, que não se conhece bem, portanto, não se sabe o que dizer sobre. Uma estudante relata nunca ter “parado para pensar sobre isso”. Esses estudantes relatam não reconhecer nenhum momento do curso de licenciatura onde a diversidade tenha obtido destaque ou debate. O contexto desse discurso sobre a diversidade é de estudantes de uma universidade de um curso de ciências exatas que não realizou no seu currículo atividades, embora previstas, para o tratamento da temática educação/formação e diversidade.

Nos perguntamos quem está fazendo, ou não, o discurso da diversidade na formação docente. Não é um tema consensual, mas que disputa legitimidade: “estamos preocupados em fazer o que temos que fazer e nem pensamos nisso!”, como comenta uma entrevistada. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) é uma política que se propõe a orientar o currículo das licenciaturas e reforça a centralidade do ensino de conteúdos específicos, sugerindo maior ênfase à dimensão técnica do ensino- aprendizagem do que às dimensões cultural e política.

Podemos dizer que se soma aqui outra significação imaginária: a ligação da diversidade com a questão do preconceito e da discriminação social, no espaço escolar. O preconceito mostra-se na falta de espaço para o debate aberto sobre o tema, principalmente na escola, mas também no curso de formação para a docência e na vida social. Durante a graduação, os estudantes relatam ter cursado uma disciplina que tratou sobre as questões da diversidade, mas avaliam que a temática não é valorizada como conteúdo formativo, quando dizem que, “se a disciplina não fosse obrigatória, poucos colegas cursariam”, como foi relatado, a preocupação central no curso é com a aprendizagem dos conteúdos específicos para o ensino escolar da disciplina.

Em contraponto, nessa mesma roda de conversa, outras licenciandas manifestaram a relevância social de ativar o debate a respeito da diversidade na educação básica, “seja de gênero ou étnica,” posto que observaram sua presença no espaço escolar, principalmente pela sua inserção (nas escolas) por meio de projetos de extensão e ensino. No contexto da prática dessa política de formação docente, alguns cursos de licenciatura criaram disciplinas, grande parte, com carga horária de 30h. O que não significa que esse saber seja valorizado institucionalmente pelo curso. Em muitos casos, ocorreu uma adaptação do currículo à

legislação, mas a ampliação do repertório proposto à formação inicial, não se colocou como um início de abertura da “democracia como valor para todos” – processo que exige tempo.

Já sabemos de antemão que a legislação brasileira, para muitos temas, é considerada avançada com relação a outros países, que nosso imaginário colonialista pensa com minoridade, e, como afirma Jessé de Souza (2018, p. 15), como subcidadania, ancorada numa sociologia do vira-lata: “É apenas porque a sociologia do vira-lata serve como uma luva para a legitimação dos interesses econômicos e políticos dessas elites, o que explica que ela tenha se tornado a interpretação dominante da sociedade brasileira para si mesma até hoje.” Esse imaginário se mostrou presente no trabalho analítico das narrativas trazidas e, pelo silêncio que percebemos aos convites feitos e não respondidos, nos mobiliza a compreender os avanços e obstáculos na construção da democracia nos processos educativos e formativos.

Em uma das turmas entrevistadas, os significados atribuídos à diversidade enfatizaram a diferença percebida no ambiente escolar, que é “visível para quem quiser e souber enxergar”. Nessa conversa, a maior parte dos relatos afirma que no espaço escolar “salta aos olhos” a presença das diferenças entre os alunos, sejam econômicas, étnico-raciais ou de gênero. Destacam que, muitas vezes, a escola trata a diversidade enquanto datas comemorativas, o que pode limitar a visão do diferente como o outro distante, o estranho, o que pode dificultar que os alunos se vejam como parte da pluralidade que faz parte do social histórico. Tratar a diferença como extraordinária contribui para não encararmos a pluralidade que nos constitui, não favorecendo a dimensão formativa, democratizante e humanitária que a abordagem da educação para a diversidade permite, mas reforçando a homogeneização dos sujeitos, como produção escolar (CANDAUI, 2008).

A centralidade que decidimos dar a essa categoria teórica como articuladora da pesquisa tem sua justificativa na compreensão de que “[...] as diversidades e antagonismos sociais, políticos e econômicos manifestam-se também no âmbito da cultura” e por dentro das experiências que a constitui (SCHMIDT; GARCIA, 2008, P. 11). Cabe ainda ressaltar que durante os três anos da pesquisa, as referências estavam centradas na discussão teoria e prática das propostas curriculares da formação inicial de professores, articulação entre escola e universidade. Não visualizamos a categoria das diversidades propostas na discussão da Resolução de 2015, o que se prolongaria na invisibilidade pela Resolução de 2019, nas Diretrizes para a Formação de Professores no Brasil.

A voz dos(as) estudantes que participaram da pesquisa reverberaram trazendo muitos elementos para o debate sobre os processos de formação inicial e continuada de professores acerca do tema das diversidades. A “queixa” constante por parte dos(as) professores(as) em formação, continua trazendo o excesso de disciplinas a serem cursadas no semestre, não produzindo espaço e tempo para as experiências formadoras significativas, como cursar uma disciplina optativa sobre questões de gênero e educação, direitos humanos e educação, onde há proposição de leituras de textos, de repertório de filmes, como dispositivos a serem acionados para uma formação pessoal. O que essa queixa nos faz pensar: que os currículos

repletos de conteúdos, não produzem, muitas vezes, experiências formativas nos(as) professores(as) em formação.

Uma das constatações a que chegamos ao ouvir as vozes que participaram, diz respeito aos cursos de formação inicial e continuada de professores quanto à necessidade de exercitar movimentos em direção ao trabalho de transposição didática de temas que abordem a formação com o olhar para a diversidade nas escolas a partir do trabalho docente. A perspectiva colocada aqui traz não somente a dimensão do desenvolvimento pessoal do professor, como a dimensão profissional: um saber ser e também um saber fazer frente aos pares, às famílias, comunidade em geral e os estudantes envolvidos com os professores em formação. Sabemos dos obstáculos, muitas vezes, enfrentados pelos professores nos primeiros anos da sua docência e, mesmo como estagiários, com relação ao trabalho com temas que envolvem valores, conceitos e preconceitos pessoais.

Na construção dos processos democráticos e inclusivos na sociedade a partir da educação, participamos como formadoras acreditando que uma sociedade menos violenta, homofóbica, transfóbica e racista se enfrenta com ações formativas àqueles que se ocupam da socialização de outras gerações. O momento histórico leva a questionar os papéis sociais estabelecidos e instituídos: “Essas novas relações dão base mais sólida ao compromisso entre os indivíduos, novos atores para o futuro, entre si e com o meio” (OLIVEIRA, SILVA e NARVAES, 2020, p. 210). Temos por compromisso não somente a formação de novos atores para o futuro, mas por um presente que se coloca para todas nós, formadoras, como um desafio, uma emergência.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Inicial. Diversidade. Imaginário Social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNE. **Resolução** CNE/CP nº 2, de 19 dezembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF, 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 16 de maio de 2022.

BRASIL. CNE. **Resolução** CNE/CP nº 2, de 1º julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 16 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 maio de 2022.

CANDAU, Vera. **Multiculturalismo e Educação:** desafios para a prática pedagógica. In Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

KESSLER, Cláudia Samuel; SOARES, Josiane Martins e BORGES, Zulmira Newlands. “**Curso de Formação Continuada em Gênero e Diversidade**”: um espaço de ensino e de aprendizagem conjunta. In: MACHADO, Gabriella Eldereti e OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de. (Orgs.) *Temas Emergentes à Educação: docências em movimento no contexto atual*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. v.1.

OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes de; SILVA, Jéssica Dalcin da e NARVAES, Andrea. Marias, Luisas, Verônicas: o não feminicídio que fere a todas as mulheres. In: TREVISAN, Amarildo Luiz, TOMAZETTI, Elisete Medianeira e ROSSATTO, Noeli Dutra. (Orgs.) **Filosofia e Educação: escola, violência e ética**. Curitiba: Appris, 2020.

PINEAU, Gaston. Histórias de Vida e Alternância. In: SOUZA, Elizeu Clementino de (Org.) **Memória, (auto)biografia e diversidade: questões de método e trabalho docente**. Salvador: EDUFBA, 2011.

SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. F. B. Apresentação. In: SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. F. B.; HORN, G. **Diálogos e perspectivas de investigação**. Ijuí: UNIJUÍ, 2008. (Coleção Cultura, Escola e Ensino 1).

SOUZA, Jessé. **Subcidadania Brasileira**. Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.